COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 698, DE 2011

Apensados: PL nº 1.578/2011, PL nº 3.202/2012, PL nº 4.375/2012, PL nº 4.667/2012, PL nº 6.416/2016 e PL nº 7.285/2017

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que "Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica".

Autor: Deputado ROMERO RODRIGUES

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 698, de 2011, do Deputado Romero Rodrigues, propõe que sejam alterados os arts. 2º e 3º da Lei 11.738, de 2008, que instituiu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, com formação em nível médio, determinando:

- a elevação do piso para R\$ 2.180,00;
- a aplicação gradual do novo valor em relação ao piso adotado em 2011, com um terço de acréscimo no primeiro ano, dois terços no segundo e integralização no ano seguinte;
- a atualização dos valores anteriormente aludidos em conformidade com o art. 5º da Lei 11.738/08, segundo o qual a correção do piso será feita, a cada mês de janeiro, pelo mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental

urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei 11.494/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Conforme sustenta do autor, a proposta pretende assegurar um piso correspondente a quatro salários mínimos mensais, bem como a preservação de seu valor real.

Apensados ao principal tramitam o PL 1.578/11, do Deputado Pedro Uczai; o PL 3.202/12, do Deputado Eliseu Padilha; o PL 4.375/12, do Deputado Alex Canziani; o PL 4.667/12, do Deputado Wellington Fagundes; o PL 6.416/16, do Deputado Rômulo Gouveia; e o PL 7.285/17, do Deputado Cabo Daciolo.

O PL 1.578/11 pretende alterar a Lei 11.738/08 para atrelar os salários de docentes que possuam curso superior completo, especialização, mestrado e doutorado ao piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica com formação em nível médio. Com essa finalidade, o § 3º do art. 2º da referida lei passaria a vigorar acrescido das seguintes disposições:

- o salário do profissional do magistério público com nível superior completo seria, no mínimo, 50% mais elevado que o piso salarial profissional estabelecido pela Lei 11.738/08;

- o salário do profissional do magistério público com especialização seria, no mínimo, 25% superior ao do profissional sem essa qualificação;

- o salário do profissional do magistério público com título de mestrado seria, no mínimo, 25% superior ao do profissional que detiver título de especialização;

- o salário do profissional do magistério público com título de doutorado seria, no mínimo, 25% superior ao do profissional que detiver título de mestrado.

De acordo com sua justificativa, o projeto pretende valorizar as funções do magistério público, criando um mecanismo de ascensão nas respectivas carreiras associado à formação dos profissionais.

O PL 3.202/12 propõe, também mediante alteração da Lei 11.738/08, sejam asseguradas aos profissionais do magistério público:

- as garantias previstas no art. 247 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aplicáveis aos servidores públicos estáveis que desenvolvam atividades exclusivas de Estado;

- remuneração não inferior à metade da correspondente à maior retribuição inicial das carreiras típicas de Estado, para jornada de quarenta horas semanais, cabendo para esse fim à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios ajustar os respectivos planos de carreira até 31 de dezembro de 2011.

Conforme sua justificativa, o PL 3.202/12 tem em vista a melhoria da qualidade do ensino público, a partir da valorização de seus profissionais.

O PL 4.375/12 pretende que o piso salarial nacional do magistério público da educação básica passe a ser reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC nos doze meses anteriores à data do reajuste, acrescido de um terço do crescimento do valor anual por aluno no Fundeb, apurado nos dois exercícios anteriores à data do reajuste. Caso a variação relativa ao Fundeb seja inferior a 3,5%, a correção do piso salarial nacional do magistério corresponderá à variação do INPC acrescida desse percentual.

De acordo com sua justificativa, o PL 4.375/12 busca o aprimoramento das regras atuais de correção do piso do magistério público, mediante a reposição das perdas inflacionárias aferidas segundo a variação do INPC, bem como pela concessão de ganhos reais que, ao longo dos dez anos seguintes ao da publicação da nova lei, contribuiriam para eliminar a defasagem salarial do professor em relação a profissionais com formação equivalente, estimada em 35% segundo estudos realizados pelo Ministério da Educação

quando da elaboração do PL 8.035/10, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020".

Conforme justificativa do autor, a proposta pretende assegurar um piso correspondente a quatro salários mínimos mensais, bem como a preservação de seu valor real.

O PL 4.667/12 visa, por meio da alteração do art. 2º e do parágrafo único do art. 5º da Lei 11.738/08:

- elevar o piso para R\$ 1.451,00 a partir de 1º de janeiro de 2012 e corrigi-lo de acordo com o previsto no art. 5º da própria lei, que altera para a variação do INPC nos doze meses antecedentes ao mês de janeiro;

- aplicá-lo aos profissionais de nível médio com formação na modalidade Normal prevista no art. 62 da Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- determinar que na falta de disponibilidade orçamentária para cumprimento do piso estabelecido e dos reajustes anuais dos demais entes da federação, a União deverá, nos termos do art. 4º daquela lei, efetuar a complementação necessária.

Segundo sua justificativa pretende-se, com o projeto, valorizar o magistério para que se consolide o desenvolvimento sustentável do país, especialmente no que concerne ao ensino fundamental.

O PL 6.416/16 visa incluir as estratégias 17.5 e 17.6 na meta 17 do Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, para estabelecer que a remuneração dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica atenderá suas necessidades básicas e de sua família em relação a moradia, alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social; e que a carreira docente será organizada nos diferentes sistemas, de forma a contemplar a concessão mensal do auxílio ou vale alimentação por dia trabalhado, para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica.

Segundo alega o autor, pretende-se, com o projeto, valorizar os profissionais do magistério, tendo em vista sua importante função na formação de crianças e jovens.

Por fim, o PL 7.285/17 objetiva, com a alteração do texto do art. 2º da Lei 11.738/08, equiparar o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica ao subsídio recebido pelos Deputados Federais e Senadores da República, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei 9.394/96.

Segundo sua justificação, o projeto pretende valorizar os professores equiparando sua remuneração com a de seus representantes no Parlamento brasileiro.

Após esta Comissão, deverão manifestar-se sobre a matéria a Comissão de Educação e Cultura, quanto ao mérito, a Comissão de Finanças e Tributação, sobre a adequação orçamentária e financeira, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições.

Não foram oferecidas emendas aos projetos.

II - VOTO DA RELATORA

O piso salarial nacional para o magistério público é uma conquista histórica, de importância crucial para a melhoria da qualidade do ensino, do qual depende o desenvolvimento econômico e social de nosso país.

No entanto, por mais que já tenhamos avançado nesse campo, o valor atual do piso está aquém do necessário para que os profissionais do magistério público sejam remunerados de forma condizente com a relevância e responsabilidade de suas atribuições. Os valores decorrentes da aplicação da legislação em vigor não se revelaram suficientes para manter nas escolas públicas profissionais aptos a formar adequadamente os alunos da educação básica.

O Poder Público tem o dever de remunerar condignamente seus servidores, entre os quais os profissionais do magistério público, não apenas por se tratar de um direito fundamental de todos os trabalhadores, mas porque nenhum serviço público de qualidade poderá ser prestado à população sem um quadro de pessoal capacitado, motivado e bem remunerado.

O projeto principal, ao propor a implantação de um piso de R\$ 2.180,00, correspondente a quatro salários mínimos mensais em valores praticados em 2011, busca exatamente aproximar a remuneração do magistério do patamar requerido. A partir da publicação da nova lei esse montante, bem como os valores intermediários aplicados na implantação gradual da medida, seriam reajustados tomando-se como referência o ano de 2011. Tais medidas merecem o apoio deste colegiado pois levarão, com o necessário tempo para adaptação dos entes públicos, à tão desejada melhoria salarial dos profissionais do magistério e, por consequência, da qualidade do ensino público.

Quanto ao primeiro projeto apensado, PL 1.578/11, consideramos louvável o propósito de melhorar, de maneira mais abrangente, a remuneração do quadro do magistério público. Entretanto, ao estabelecer parâmetros rígidos de vinculação da remuneração segundo a formação dos profissionais, a proposta interfere na competência dos entes federados, aos quais cabe dispor sobre as carreiras de seus servidores. Mesmo com boa intenção, a medida significaria uma ingerência indevida ao impor aos Estados e aos Municípios critérios de valoração da formação profissional para fim de ascensão nas respectivas carreiras. Trata-se aqui de situação diferente da fixação do piso nacional dos profissionais da educação pública, uma vez que sua implementação é um imperativo constitucional (conforme o art. 206, VIII, da Constituição Federal e o art. 60, III, e, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Ademais, é preciso lembrar que a Constituição Federal veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público (art. 37, XIII).

O segundo projeto apensado, PL 3.202/12, ao vincular a remuneração do magistério público àquela devida aos servidores de carreiras típicas de Estado incorre nas mesmas impropriedades apontadas em relação ao

PL 1.578/11. No que tange à extensão de garantias próprias pelo exercício de atividades exclusivas de Estado ao magistério público, a medida não encontra respaldo jurídico, já que o ensino é livre à iniciativa privada, conforme preceitua o art. 209 da Constituição Federal. Assim, embora nenhuma dúvida paire quanto a ser a educação um direito de todos e um dever do Estado, não se pode considerar o magistério público como uma função exclusivamente estatal, face às disposições constitucionais pertinentes à oferta do ensino.

Quanto ao terceiro apensado, PL 4.375/12, seus objetivos consistem no aprimoramento das regras de atualização do piso profissional e na concessão de ganhos reais ao magistério público, nos termos mencionados no relatório. As medidas pretendidas pelo autor são indubitavelmente meritórias, conforme já nos posicionamos em relação à proposição principal. Entendemos, no entanto, que tais fins tendem a ser atendidos de forma mais célere com a elevação e correção do piso nas condições propostas pelo projeto principal.

O quarto apensado, PL 4.667/12, ao elevar o piso para R\$ 1.451,00 o coloca em valor bem abaixo do estabelecido na proposição principal e, ainda que preveja sua correção anual pela variação do INPC, não alcançará tão cedo o valor de R\$ 2.180,00. Também a previsão de complementação, pela União, dos valores necessários para o pagamento dos professores no âmbito dos demais entes da federação dificulta enormemente sua aprovação.

O PL 6.416/16, quinto apensado, propõe normas meramente subjetivas, sem aplicação direta e prática na recomposição do piso salarial dos professores, o que a torna praticamente sem efeito e fora do foco das demais propostas, mormente se comparada ao projeto principal.

Finalmente, o PL 7.285/17, último apensado, propõe um reajuste irreal do ponto de vista das finanças públicas, pois dificilmente algum Município seria capaz de pagar a todos os seus professores da educação básica subsídio equivalente ao dos Deputados Federais e Senadores da República.

Face ao exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 698, de 2011, bem como pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei 1.578, de 2011; do Projeto de Lei 3.202, de 2012; do Projeto de Lei 4.375, de 2012; do Projeto de Lei 4.667, de 2012; do Projeto de Lei 6.416, de 2016; e do Projeto de Lei 7.285, de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora